

ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DO USO DE DROGAS E POLÍTICAS DE REDUÇÃO DE DANOS

Edward MacRae¹

Desde a pré-história, diferentes substâncias psicoativas vêm sendo usadas para um grande leque de finalidades que se estendem do seu emprego lúdico, com fins estritamente prazerosos, até o desencadeamento de estados de êxtase místico/religioso. De grande importância também tem sido seu uso para fins curativos, seja no bojo de práticas religiosas tradicionais, seja no contexto médico-científico da atualidade². Esses usos foram raramente concebidos como ameaçadores à ordem social constituída, exceto durante o período da caça aos heréticos e às bruxas. (Escohotado; 1989). Foi somente no final do século XIX, no esteio da implantação de uma nova ordem médica que eles passaram a ser problematizados e seu controle passou da esfera religiosa para a da biomedicina, inicialmente nos grandes centros urbanos dos países mais desenvolvidos do Ocidente. Uma das consequências disto foi que a partir de então o enfoque sobre a questão, que antes priorizava aspectos mais de ordem religiosa e moral, passou a se concentrar nos aspectos farmacológicos. De forma análoga ao que havia ocorrido durante a Idade Média, a certas drogas foram atribuídos naturezas intrinsecamente nefastas, mudando-se somente o rótulo, ao invés de serem concebidas como demoníacas passaram a ser vistas como criadoras de dependência. Em ambas as situações observamos um processo de atribuição a essas substâncias de certos poderes de enfeitiçamento quase impossíveis de resistir pelo indivíduo. Portanto, assim como no Isso se acentuou de tal maneira que logo outras variáveis, como as de natureza sócio-cultural foram obscurecidas e sua importância muitas vezes negada. Embora surgissem questionamentos acerca do reducionismo excessivo dessa abordagem estes eram esporádicos e recebiam pouca atenção. Foi somente a partir da década de 1960, e especialmente depois do advento da epidemia da aids e de outras doenças transmissíveis pelo sangue, que o enfoque biopsicosocial começou a receber maior credibilidade e a influência do contexto sócio-cultural do uso passou a ser objeto de pesquisas mais amplas. Como corolário dessa tendência há hoje uma maior receptividade para a idéia de que, mais que pensar em termos da necessidade de prevenir contra o uso de drogas em geral, devemos buscar evitar o seu abuso, ou seja, o mau uso que pode resultar em importantes ameaças ao bem estar do indivíduo ou da sociedade.

Uma das razões pelas quais durante a maior parte da história o uso de drogas não apresentasse maiores ameaças à sociedade constituída é que ele geralmente se dava no bojo de rituais coletivos ou orientado por objetivos que a sociedade reconhecia como expressão de seus próprios valores. Mesmo hoje, quando as regulações tradicionais da sociedade se mostram menos eficazes para enquadrar o consumo de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas, este ainda raramente ocorre de maneira desregulada. Isso continua a ser verdadeiro mesmo quando as regras que norteiam essas atividades desviam ou entram em conflito com as leis e os valores considerados hegemônicos. Portanto, para realizar um trabalho de prevenção ao abuso de drogas que seja efetivo, é necessário começar por procurar conhecer o contexto sociocultural em que ocorre o seu uso, buscando entender a sua lógica interna. Em se tratando do uso de substâncias ilícitas esse tipo de proposta muitas vezes encontra resistência tanto a nível individual quanto em esferas institucionais por, ao admitir que essas atividades não sejam regidas pelo caos e a loucura e colocar em questão a maneira como a sociedade as vem representando, parecer estar “compactuando com o uso”. Esbarra-se, então, em questões sociais de ordem estrutural, pois a estigmatização das drogas ilícitas e de seus usuários vem desempenhando importante papel na atual ordenação da sociedade com todas as suas desigualdades conforme argumentam autores como Gilberto Velho (1981) e Richard Bucher (1996:47) entre outros.

Segundo eles, na falta de um debate público e com a repetição de idéias falseadas, autoritárias e preconceituosas, tem-se operado uma desqualificação e demonização do usuário e do "traficante" (também tratado de maneira pouco matizada). O reducionismo dessa estereotipação ao encobrir alguns dos reais problemas estruturais da sociedade criando um inimigo imaginário, que tem sua utilidade na manutenção do status quo, acaba por aumentar a marginalização dos usuários assim como leva à cristalização uma “subcultura da droga” de pouca permeabilidade a agentes de saúde ou a representantes de qualquer tipo de discurso oficial. E, como uma profecia que cumpre a si mesma, isso leva à criação de novas ameaças à ordem e à saúde nessa sociedade. Igualmente, ao

¹ Edward MacRae, doutor em antropologia, é professor adjunto da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba e pesquisador associado do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas –CETAD/UFBA

² O psicofarmacólogo Robert Siegel chega a considerar que uma grande parte do reino animal também tem, como um dos motivadores importantes de seu comportamento, o que ele chama de “impulso para a intoxicação”.

dar tanta ênfase ao uso das drogas ilícitas, envolvendo uma minoria da população facilmente estigmatizável, desvia-se a atenção da necessidade de um maior controle da produção e comercialização das drogas lícitas, de uso generalizado, altamente lucrativas e responsáveis pela grande maioria dos problemas relacionados aos psicoativos em geral.

De fato, ao concentrar a atenção no combate a produtos simplesmente, perdendo de vista os detalhes socioculturais dos seus usos, deixa-se de atentar para possibilidades de prevenção e controle dos efeitos indesejáveis bastante mais eficazes que o mero proibicionismo. Howard Becker, um dos pioneiros do estudo das dimensões sociológicas da questão das drogas, chama atenção para a importância de um saber sobre as substâncias que se difunde entre seus usuários. Constatando que as idéias do usuário sobre a droga influenciam como ele as usa, interpreta e responde a seus efeitos, Becker argumenta que a natureza da experiência depende do grau de conhecimento que lhe é disponível. Já que a divulgação desse saber é função da organização social dos grupos onde as drogas são usadas, os efeitos do uso irão, portanto, se relacionar a mudanças na organização social e cultural. Como exemplo ele cita o desenvolvimento do uso massivo da maconha entre a juventude americana na década de '60, e como, apesar de originalmente esse uso levar a numerosos casos de psicose, com o passar do tempo esses episódios terem diminuído, em termos relativos, devido à difusão do conhecimento sobre seu uso tanto entre os médicos quanto entre os usuários. Ele sugere também que um processo similar ocorreria com o uso de LSD que, com o passar do tempo, causaria menos problemas do que quando começou a ser usado de forma generalizada (Becker 1976 e 1980). Esse tipo de "conhecimento" sobre o uso de certas substâncias, difundido entre certos setores da população, faz parte do que chamamos de "cultura" ou "subcultura" da droga.

Também o médico Norman Zinberg, um dos primeiros a estudar o chamado "uso controlado" de psicoativos, caracterizado por seus baixos custos pessoais e sociais, enfatiza que os efeitos do uso dessas substâncias dependem não só das suas propriedades farmacológicas, mas igualmente das atitudes e personalidade do usuário (*set*), assim como do meio físico e social onde ocorre o uso (*setting*). Em relação a este último fator ele ressalta os controles sociais que se organizam em torno do que chama de "sanções sociais" e "rituais sociais". "Sanções sociais" seriam as normas que definem se e como determinada droga deve ser usada. Incluiriam tanto os valores e regras de conduta compartilhados informalmente por grupos (embora freqüentemente de maneira não explicitada) e as leis e políticas formais que regulamentam o uso de drogas. Já os "rituais sociais" seriam padrões estilizados de comportamento recomendado em relação ao uso de uma droga. Eles seriam aplicados aos métodos de aquisição e administração da substância, à seleção do meio físico e social para usá-la, às atividades empreendidas após o uso, e às maneiras de evitar efeitos indesejados. Dessa forma, esses rituais reforçariam e simbolizariam as sanções sociais. Os controles sociais para todas as drogas, lícitas ou ilícitas, atuam em diferentes contextos sociais, indo desde grupos muito grandes, representativos de uma cultura como um todo, até pequenos grupos específicos e sua vigência se aplicaria de maneira variada em diferentes momentos. Assim, certos tipos de uso, em ocasiões especiais, envolvendo grandes números de pessoas, apesar de sua diversidade cultural, tornariam-se tão aceitáveis que mesmo uma legislação restritiva poderia ser momentaneamente posta de lado. Poderíamos aqui pensar no caso do carnaval, quando em certas partes do Brasil, o uso de inalantes variados ("cheirinho da lolô") tem se tornado, temporariamente, socialmente aceito.

Zinberg faz a ressalva de que a existência dessas sanções ou rituais não significa que forçosamente serão eficazes e nem significa que todas as sanções e rituais tenham sido criados como mecanismos para ajudar o controle. Afirma, também, que nem sempre a existência ou aplicação dos controles sociais significa que o uso seja moderado ou decoroso, segundo os padrões da sociedade envolvente. De fato, segundo ele, mais importante do que perguntar se uma sanção ou ritual originou-se como mecanismo de controle, é pensar como o usuário lida com conflitos entre sanções. No caso das drogas ilícitas, o conflito mais óbvio ocorreria entre controles sociais formais e informais; i.e. entre a lei que proíbe o uso e a tolerância a esse uso por parte do grupo social. A ansiedade provocada por esses conflitos interferiria com o controle freqüentemente levando a atitudes de valentia, exibicionismo, paranóia e sentimentos anti-sociais. Isso dificultaria e complicaria, ainda mais, o controle de drogas ilícitas entre uma grande gama de diferentes tipos de personalidade (Zinberg 1980:236-238).

O cientista social holandês Jean-Paul Grund retoma as idéias de Zinberg e as desenvolve. Inicialmente enfatiza que a auto-regulação deve ser entendida como mais do que a simples limitação do uso, sendo também necessário levar em conta a prevenção e o gerenciamento de problemas ligados às substâncias psicoativas. Para tanto, seria necessário adotar um ponto de vista multidimensional. Além disso, chama a atenção para o fato de que a eficácia

dos rituais e das regras de conduta em controlar o uso dessas substâncias é afetada por outros fatores relacionados à capacidade do indivíduo de obedecer a esses processos regulatórios sociais. Segundo ele, para corrigir a visão demasiadamente estática de Zinberg, seriam necessárias algumas adaptações e elaborações ao seu modelo levando-se também em conta a disponibilidade da droga e a estrutura de vida do usuário.

Em suas pesquisas entre usuários de cocaína e heroína em Rotterdam, na Holanda, Grund afirma ter encontrado maiores problemas decorrentes do uso dessas substâncias entre usuários/consumidores de origem holandesa e menores entre os seus fornecedores surinamenses/antilhanos. A mistura das duas substâncias levaria a um aumento do descontrole entre os nativos, mas a muito menos problemas entre aquele grupo estrangeiro, embora esses últimos, em grande parte envolvidos com o tráfico, utilizassem mais cocaína. Para ele, nas condições holandesas, "usuários bem sucedidos" - em termos de poderem consumir grandes quantidades de drogas sem sofrer maiores problemas em consequência- são aqueles associados ao tráfico, que, ao mesmo tempo em que lhes permite acesso abundante às substâncias e dinheiro para compra-las, também exige que mantenham uma estrutura de vida compatível com o gerenciamento de suas obrigações comerciais.

Por "estrutura de vida" são entendidas as atividades regulares, tanto as convencionais quanto as relacionadas à droga, que estruturam os padrões da vida cotidiana. Aí também se incluem as relações pessoais, os compromissos, obrigações, responsabilidades, objetivos, expectativas, etc., mesmo que não primariamente direcionados à droga. Uma disponibilidade adequada das substâncias, que evitasse que a sua simples aquisição se tornasse o único foco de interesse do usuário, também seria importante para permitir o desenvolvimento das sanções e dos rituais sociais. As normas, regras e rituais determinariam e constrangeriam os padrões de uso da droga, evitando uma erosão na estrutura de vida. Uma vida altamente estruturada permitiria que o usuário mantivesse a estabilidade na disponibilidade da droga, essencial para a formação e manutenção de regras e rituais. A auto-regulação do consumo de drogas e seus efeitos seriam, portanto, questão de um equilíbrio (precário) em uma corrente de retroalimentação circular.

Em sua conclusão Grund enfatiza que o uso de drogas (mesmo as "pesadas") não leva, necessariamente, a padrões de uso descontrolados ou nocivos. Embora o uso de psicoativos possa tornar-se uma atividade predominante, ela é raramente uma atividade isolada e é, geralmente, social. Padrões de uso (quem usa o que e como) seriam sujeitos a diversos determinantes como: disponibilidade, tendências e padronização cultural.. Alerta, também, para o fato de que embora o modelo seja circular, ele não é um circuito fechado independente; os três elementos do trio (disponibilidade da droga; valores, regras e rituais; estrutura de vida) sendo sujeitos a variáveis e processos externos distintos que vão desde fatores psicológicos pessoais e culturais até regulamentos oficiais e considerações mercadológicas. Grund considera que, portanto, o uso de psicoativos não pode ser isolado do seu contexto social e, concordando com Zinberg, afirma que o controle sobre o uso dessas substâncias é principalmente determinado por variáveis sociais (Grund 1993: 237-254).

Voltamos, assim, à discussão de políticas de prevenção ao abuso de psicoativos e da eficácia das tentativas de se estabelecer um controle sobre o uso dessas substâncias através da legislação e de posturas do tipo "guerra às drogas". Os cientistas sociais franceses Robert Castel e Anne Coppel ao discutir a toxicomania (fazendo considerações que são também pertinentes ao uso de substâncias psicoativas em geral), argumentam que, ao tratar desse tema, torna-se necessário evitar a dicotomia desordem do sujeito/ordem da lei. Sustentam que não se pode pensar, de forma absoluta, em controle ou liberação, devido ao fato de já existirem em operação, funcionando em diferentes níveis, controles, modos e instâncias de regulação. Estes são classificados por eles em três grandes categorias:

- heterocontroles: leis, instituições de saúde, etc.
- controles societários: pressões informais de pares, vizinhos, etc. (as sanções e rituais sociais de que fala Zinberg, a quem citam especificamente).
- autocontroles: os variados graus de controle que os próprios usuários são capazes de exercer sobre suas práticas de consumo. Muitas vezes são internalizações dos controles societários e legais.

Seriam então essas as modalidades a serem mobilizadas por uma política de drogas que buscasse uma maior eficácia e, dentre elas, as de atuação mais marcada seriam os controles societários e os autocontroles, que até o final do século passado se mostraram capazes de regular essas práticas adequadamente sem grande auxílio de leis específicas.

Estas, e outras formas de "heterocontroles" seriam mais adequadas para situações limite, sendo políticas por serem propositadamente construídas para enfrentar uma ameaça percebida como sendo um "flagelo social" e artificiais por se sobreporem às regulamentações espontâneas e tradicionais dos "controles societários". Os heterocontroles delegam seu poder regulador a determinados agentes especialistas em problemas sociais tais como médicos e policiais. Embora possam ter legitimidade, não são capazes de controlar, nem tangencialmente, o conjunto dos problemas relacionados ao consumo de psicoativos. Pois são controles parciais ou abstratos, enquanto que as práticas de uso de drogas são multidimensionais e não somente relacionadas à delinquência e à patologia. Enquanto sua ação é pontual e restrita a certas situações os controles societários seriam muito mais eficazes por se exercerem de maneira permanente através das redes de sociabilidade (Castel e Coppel; 1991:237-256).

Em conclusão, constatando a constância da utilização de substâncias psicoativas pela humanidade através de sua história (Escohotado, 1984) e o fracasso da política proibicionista em relação às ilícitas, parece sensato aceitar a necessidade de conviver com elas da melhor maneira possível, ao invés de preconizar utópicas políticas de "tolerância zero" ou de sua erradicação definitiva. Porém isso não precisa significar uma renúncia a qualquer medida de controle. O que se pode fazer é levar em conta os controles já existentes e seus campos de aplicação, assim como outros recursos, de vários tipos, que poderiam ser mobilizados para seu aperfeiçoamento. Assim como preconizam os adeptos das políticas de redução de danos relacionados ao uso de drogas, pode-se atentar para as estratégias já empregadas pelos consumidores e tentar limitar os efeitos indesejáveis através de uma múltipla abordagem, reservando um papel importante para a mobilização das suas próprias redes de sociabilidade, tal como em vários países vem se fazendo em relação a drogas lícitas como o álcool e o tabaco.

Essa é a postura que vem sendo adotada pelas políticas de saúde em um número crescente de países, para enfrentar a disseminação da epidemia de aids entre usuários de drogas injetáveis e seus parceiros sexuais. Optando por reduzir os danos decorrentes do uso de drogas, essas políticas procuram mobilizar os recursos sociais e culturais disponíveis para introduzir modificações nas maneiras em que ele se dá. Assim, atentam para as subculturas que se desenvolvem torno dessas práticas; buscando adaptar as estratégias já empregadas pelos consumidores para evitar efeitos indesejados, no intuito de torna-las mais eficazes. Para tanto, costumam cooptar usuários para atuar como assessores na elaboração das políticas de saúde, assim como seus agentes multiplicadores, dotados de especial credibilidade entre as redes de usuários. Uma das maneiras mais eficazes de se conseguir isso é abandonar posicionamentos apriorísticos e condenatórios e mostrar uma real familiaridade com os valores e práticas correntes naquele "mundo das drogas" que se está endereçando, e saber discutir de maneira realista e detalhada os seus prós e contras. Essa abordagem marcada pelo respeito pelos usuários e por sua cultura tem se mostrado fundamental à conquista da atenção e confiança dos usuários.

Bibliografia

- Becker, H. "Consciência, Poder e Efeito da Droga" In; H. Becker Uma Teoria da Ação Coletiva, Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp181-204.
- Becker, H. "The Social Bases of Drug-induced Experiences" In; Lettieri, J.J.; Mayers, M. Pearson, H.W. (orgs.) Theories on Drug Abuse NIDA Research Monograph 30, NIDA, Rockville, 1980, pp180-190
- Bucher, R. Drogas e Sociedade nos Tempos de AIDS, Brasília, Editora UnB, 1996, 132pp.
- Castel, R. e Coppel, A. "Les contrôles de la toxicomanie" In; Ehrenberg, A.(org.) Individus Sous Influence, Paris, Editions Esprit, 1991, pp 237-256
- Escohotado, A. Historia General de las Drogas, 1- 3, Madri, Alianza Editorial, 1989
- Escohotado, A. Las Drogas. De los orígenes a la prohibición, Madri, Alianza Editorial, 1994
- Grund, J. -P.C., Drug Use as a Social Ritual- Functionality, Symbolism and Determinants of Self-Regulation, Rotterdam, Instituut voor Verslavingsonderzoek (IVO), Erasmus Universiteit, 1993, 321pp.
- Seigel, R.K. Intoxication- Life in Pursuit of Artificial Paradise, New York, E.P. Dutton, 1989, 390pp
- Velho, G. "Duas Categorias de Acusação na Cultura Brasileira Contemporânea" In; Individualismo e Cultura Velho, G. , Rio de Janeiro, - Zahar, 1981, pp 55-64
- Zinberg, N. "The Social Setting as a Control Mechanism in Intoxicant Use", In; Lettieri, D.J., Mayers, M., Pearson, H.W. (eds) Theories on Drug Abuse, NIDA Research Monograph 30, NIDA, Rockville, 1980, pp.236-244